

26° CONGRESSO

SINDSEF-SP



DE LUTA, EM DEFESA DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS E DO FUNCIONALISMO

3 e 4/12/2021

Resoluções
e moções
aprovadas



Resolução de Conjuntura

Derrotar Bolsonaro e Mourão Já! Construir um governo dos trabalhadores, sem patrões!

No início desse mês de dezembro de 2021, o Brasil atinge a triste marca de 615.247 mortes na pandemia, segundo os dados oficiais no Ministério da Saúde (estima-se, segundo os principais veículos de comunicação, um número muito maior de falecimentos por coronavírus diante dos fortes indícios de subnotificação!). O governo Bolsonaro atrasou a compra de vacinas, negligenciou medidas de prevenção à Covid-19, apostou numa falsa “imunização de rebanho” e em medicamentos sem eficácia médica cientificamente comprovada, como a cloroquina, que só aumentaram as mortes no país. Membros do governo viram na pandemia uma oportunidade de “negócios”. Denúncias apontam que o próprio Bolsonaro acobertou esquema de cobrança de propina na negociação de vacinas e medicamentos não aprovados contra a Covid. O relatório final das investigações da CPI da Covid no Senado com 1.289 páginas, responsabiliza Bolsonaro pelo cometimento, pelo menos, de 9 crimes, dentre eles, o contra a humanidade, epidemia com resultado de morte, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo, prevaricação e de responsabilidade, com penas que, somadas, levariam a mais de 70 anos de prisão, além da perda do cargo, indiciando, ainda, alguns de seus familiares e membros e ex-membros de sua equipe de governo, por conta da condução da crise sanitária e da política de saúde pública aplicada durante a pandemia.

Em meio a este cenário de crise, pioram as condições de vida da população, principalmente dos trabalhadores mais pobres. O Brasil, segundo Anuário Estatístico do Ilaese – Trabalho e Exploração – 2021, tem 27,87% da população de desempregados e um exército de trabalhadores informais (15,78%), totalizando uma massa humana de mais de 90 milhões de pessoas sem renda suficiente para sobreviver dignamente. O país enfrenta uma verdadeira tragédia: há um aumento acelerado da miséria e do número de brasileiros que passam fome, sendo cada vez mais recorrente notícias da classe trabalhadora buscando ossos e carcaças de peixes e aves descartados pelo mercado, à venda ou mesmo jogados literalmente no lixo, quando os encontram, para ter o que comer, não

sendo raros, ainda, relatos de pessoas desmaiando de inanição por não conseguir se alimentar minimamente! Tudo isso é agravado com a disparada da inflação, a alta no preço dos alimentos, combustíveis, botijão de gás, conta de luz, entre outros.

O país corre, ainda, o risco de viver um forte racionamento de energia e apagões, especialmente pela premente escassez hídrica, muito causada pelo processo de desertificação e chuvas esparsas derivado do desenfreado desmatamento da região amazônica, incentivado pelo atual governo em benefício particular da expansão de terras agricultáveis e extração mineral, legal ou ilegal, para potencializar a obtenção de lucro a muito poucos, verdadeiros traidores da pátria, por meio da exportação de commodities aos países tidos como desenvolvidos. E o pior é que não se vê a curto e a médio prazo uma saída para esta crise econômica nos limites do sistema capitalista, especialmente no caso do Brasil, que não completou seu processo de independência nacional, tanto do ponto de vista político como, e principalmente, do econômico, e que passa por intensa reprimarização de sua economia e desindustrialização relativa de sua produção, o que denuncia, de maneira mais clara, a tentativa por parte das potências imperialistas de fazer com que o país retorne à condição de colônia ou submetrópole latino-americana. A grande tarefa que está colocada para toda a classe trabalhadora é lutar contra os ataques às nossas condições de vida, ataques que vêm ocorrendo desde a nossa redemocratização mais recente, para não ir mais longe historicamente, seja em governos neoliberais, seja em governos de frente popular, ou mesmo de tendência autoritária, militarizada ou policialesca, como o que, atualmente, vivenciamos, infelizmente, e que certamente tentarão nos impor. Precisamos estar preparados e organizados para lutar não só em defesa de nossas conquistas e para o avanço de outras mais da categoria dos trabalhadores do setor público, como também por muito mais direitos a toda a classe trabalhadora, entre eles, o direito a um serviço público de qualidade e universal; este é o nosso grande desafio!

Os ataques se dão em todas as frentes! O governo avançou bastante na destruição do meio ambiente, para favorecer latifundiários, grileiros, mineradoras, madeireiras e garimpo ilegal. Também pretende acelerar a entrega do patrimônio nacional e das estatais, sério indicativo do papel subalterno que se procura infligir com mais intensidade ao povo brasileiro pela divisão internacional do trabalho vigente. A privatização dos Correios, Petrobras, Eletrobrás e outras empresas públicas vai encarecer serviços e piorar o atendimento à população.

Entretanto, o entreguismo descarado não para por aí! Com a Reforma Administrativa Bolsonaro e Guedes querem atacar os serviços públicos, para privatizar áreas como Saúde, Educação, Previdência e outras e favorecer os esquemas de rachadinhas, com apadrinhamentos políticos e corrupção. A pandemia demonstrou como é urgente ter garantias de investimento em saúde, educação, assistência social, habitação, transporte público, entre outros setores públicos, de acesso gratuito e de qualidade.

A proposta de Reforma Administrativa (PEC-32) vai contra todas essas demandas e segue a lógica do Estado mínimo. Para defender, fortalecer e expandir os serviços públicos, ainda mais necessários diante da crise econômica, é preciso valorizar os servidores públicos, derrotar esta PEC-32, e abrir concursos públicos. Serviços públicos universalizados e de qualidade, só com servidores públicos valorizados e qualificados!

Bolsonaro ataca e estimula a opressão contra os povos indígenas, as mulheres, os LGBTQI+, os negros e negras. Assim acaba incentivando e naturalizando ações violentas da PM nas periferias contra o povo pobre.

O ataque mais recente e que precisa ser combatido com veemência pela categoria é a PEC 23/2021, a chamada PEC dos Precatórios. Novamente o governo usa de chantagem: condiciona a viabilização do necessário, porém eleitoreiro “Auxílio Brasil”, à aprovação dessa PEC vergonhosa. A PEC 23 é uma tentativa de escandaloso calote a milhares de servidores, especialmente aposentados, que já possuem direito ao ressarcimento das inúmeras violações legais ocasionadas pela Administração Pública. Essa proposta possui evidentes intenções não-republicanas, como a de financiar as chamadas emendas secretas parlamentares, já que

as sobras do calote nos precatórios não integram o orçamento fiscal do governo e podem ser distribuídas mediante acordos políticos. Enquanto isso, rios de dinheiro são entregues aos bancos por meio do mecanismo da dívida pública, para manter um sistema financeirizado caótico e parasitário, sem esquecer dos bilhões em desoneração da patronal, que contribuem, também, para o definhamento do nosso sistema de proteção social, principalmente o previdenciário. Isso é inadmissível e exige a luta de todas e todos!

As liberdades democráticas seguem sendo ameaçadas. São constantes os ataques e a disseminação de fake News. Bolsonaro, que sempre foi defensor da ditadura e da tortura, tenta preparar as condições para um autogolpe, para se manter no poder e impor um governo autoritário.

Porém, Bolsonaro enfrenta acentuada queda de popularidade, atingindo sua pior avaliação. Pesquisa do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), realizada no final de setembro de 2021, aponta que 53% consideram o governo Bolsonaro “ruim” ou “péssimo”; 23% avaliam como “regular” e apenas 22% aprovam o governo. Nos últimos dias, uma nova pesquisa de popularidade, realizada pelo Pesquisa Atlas em parceria com o veículo Valor Econômico, aponta nova queda, sendo que, atualmente, apenas 19% da população o aprovam.

Em meio a este cenário, apostar numa saída eleitoral apenas em 2022 significa esperar por mais destruição e ataques aos direitos. A luta pelo “Fora Bolsonaro e Mourão, já!” é a tarefa mais urgente para a classe trabalhadora, suas organizações e entidades democráticas. É preciso lutar, é possível vencer. Os protestos pelo Fora Bolsonaro, precisam se intensificar. Mais do que isso, as organizações da classe precisam discutir a preparação de uma Greve Geral que pare o país e coloque esse governo contra a parede. A derrota de Bolsonaro já, é prioridade, uma necessidade da nossa classe.

Mas não podemos ficar só nisso. É preciso, além de derrubar Bolsonaro, avançar e discutir o que colocar em seu lugar. Diante desta crise, da degradação das condições de vida, do aumento da miséria, é preciso um governo dos trabalhadores! Com um programa que responda às necessidades de nossa classe! Que anule as reformas Trabalhista e da Previdência; que taxe as grandes fortunas (que nunca pagam seus impostos); que interrompa o pa-

gamento da dívida pública, verdadeira agiotagem dos banqueiros; que promova um aumento real, e mais que justo, nos salários de todos os trabalhadores; que tenha uma política de ampla criação de empregos, com a redução da jornada de trabalho, sem a redução dos salários; um governo que combata, de verdade as desigualdades sociais, e não se limite a migalhas. Evidente que estas e outras medidas, que são factíveis e necessárias, deverão se chocar com os interesses da grande burguesia, os interesses dos trabalhadores e da burguesia são antagônicos! Por isso precisamos de um governo classista, um governo que não tenha burgueses!

É preciso tirar Bolsonaro, mas “a gente não quer só comida”! Queremos, precisamos e merecemos muito mais!

Basta de mortes, desemprego, inflação, fome e miséria!

Contra as privatizações! Contra a Reforma Administrativa! Em defesa dos serviços públicos!

Fora Bolsonaro e Mourão Já!

Passou da hora dos ricos pagarem pela crise!

Que nós trabalhadores, maioria que somos, governemos o país!

Resolução sobre as próximas eleições presidenciais

Considerando a gravidade da situação que a classe trabalhadora brasileira enfrenta, sob os mais diversos aspectos, nosso Congresso, seguindo a nossa tradição histórica de sempre defender candidaturas da classe trabalhadora, elencamos algumas propostas mínimas, mas fundamentais para enfrentar a crise, que encaminharemos aos candidatos presidenciais para que se manifestem publicamente a respeito das mesmas.

1. Em defesa dos direitos trabalhistas!

a. Estabilidade no emprego para todos os trabalhadores(as) e readmissão dos os demitidos durante a pandemia.

b. Redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salário e direitos, para todos os trabalhadores.

c. Por um plano emergencial de obras e empregos públicos para geração de emprego, com obras nas áreas de saneamento, saúde, moradia popular, infraestrutura, escolas, creches, refeitórios, etc.

2. Revogação da Reforma da Previdência, Trabalhista e Administrativa, caso esta última seja aprovada! Não às privatizações, Reestatização das empresas privatizadas!

3. Suspensão imediata do pagamento da dívida pública, externa e interna, acompanhada da realização da auditoria independente e transparente da dívida, exigindo, no caso de se constatar irregularidades, ressarcimento do que foi pago indevidamente, e punição dos responsáveis;

4. Imposto altamente progressivo sobre as grandes fortunas, fim da evasão fiscal, sobretaxando os responsáveis por sua prática, proibição da remessa de lucros ao exterior pelas multinacionais ou, ainda, para salvaguarda em paraísos fiscais e offshores, além da estatização imediata do sistema financeiro nacional;

5. Derrubada do teto de gastos e revogação da PEC 95. Isenção de tarifas públicas (água, luz, transporte coletivo, IPTU, ITR etc.) e subsídio para pagamento de aluguel a todos os desempregados. Redução e congelamento dos preços dos alimentos, combustíveis, aluguéis, tarifas públicas, combustíveis e gás de cozinha.

6. Em defesa da Amazônia, do meio ambiente, do nosso povo indígena e comunidades tradicionais. Severa punição à grilagem, garimpo ilegal, desmatamento, queimadas e assassinatos das lideranças indígenas e dos territórios camponeses!

7. Valorização de todos os serviços públicos! Recomposição salarial e dos quadros dos servidores do RJU, através de concursos públicos. Investimentos na modernização da infraestrutura dos órgãos públicos visando o atendimento às necessidades da população brasileira. Fim dos privilégios, incluída a política de reajustes diferenciados, para os do alto escalão do executivo, legislativo, judiciário e militares. Fim da pensão diferenciada para filhas de militares.

8. Que determine a apuração e responsabilização de todos os crimes do atual governo que resultaram no genocídio de mais de 600 mil brasileiros, indenizando os milhares de órfãos deste crime de Bolsonaro.

9. Que o governo se comprometa com um programa emergencial de “renda mínima”, de ao menos, um salário mínimo para as famílias desempregadas.

10. Realizar ampla reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, desapropriando os latifúndios improdutivos e fruto de grilagem, com incentivo à agricultura familiar.

Resolução de Combate às Opressões

Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia! Em defesa dos povos indígenas!

O capitalismo utiliza diferentes formas de opressão para super explorar e dividir a classe trabalhadora, colocando homens contra as mulheres, brancos contra negros e negras, brasileiros contra imigrantes, jogando contra a unidade da classe. A opressão é utilizada para subjugar a classe trabalhadora, relegando-a à informalidade, ao subemprego, ao desemprego crônico, além de excluir direitos básicos de saúde, educação, moradia, terra e assistência social.

Bolsonaro se apoia em um discurso de ódio contra toda a classe trabalhadora, mas principalmente contra as mulheres, negros, LGBTs e imigrantes. Seus apoiadores reproduzem o que há de mais atrasado em relação aos preconceitos e discriminações criados pelas ideologias de opressão. Não é privilégio de Bolsonaro a utilização dessas ideologias. As mulheres, negros e LGBTs nunca tiveram os mesmos direitos sociais, mesmo nos governos do PT. Foram os primeiros a serem demitidos, a perderem suas casas, a viverem na marginalidade, a sofrerem com a falta de acesso à educação e à saúde pública. Foram nos anos petistas que o Brasil bateu recorde de prisões de jovens negros.

Para acabar com a opressão não basta eleger governantes mulheres, negros e LGBTs, ou apostar na construção de organizações que unam todas as mulheres, todos negros e negras, todas as LGBTs independentemente de sua classe social, pois apesar de todos os oprimidos sofrerem juntos, a saída para a superação da opressão se dá com a ruptura com o sistema capitalista. A luta contra todas as formas de opressão é parte da luta contra a exploração e, portanto, é uma tarefa de homens e mulheres da classe trabalhadora, que devem lutar juntos por igualdade salarial, pelo acesso aos serviços públicos e direito ao emprego. O fim da opressão em definitivo só pode ser realizado com o fim da sociedade de classe, mas a luta para isso deve ser feita desde já.

Não pode ser livre quem oprime outro. A classe trabalhadora não poderá derrotar o projeto de Bolsonaro e do imperialismo, nem tampouco se libertar da exploração, se não levar as bandeiras contra as opressões para unir toda a classe trabalhadora.

Defendemos as seguintes bandeiras de luta:

- Fora Bolsonaro, Mourão, seus ministros e todos aqueles que compõe a coesão burguesa contra os trabalhadores, que pioram ainda mais as condições de vida das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e imigrantes da classe trabalhadora.
- Suspensão do pagamento da dívida pública e investimento nas políticas afirmativas para os setores oprimidos da classe trabalhadora! Que combatam a violência, a discriminação e as desigualdades.
- Defesa intransigente de todos que sofrem com assédio moral, racial, sexual e de gênero, fruto das mazelas do capitalismo e do racismo, do machismo, da xenofobia e da lgbtfobia;
- Implementação, na ação cotidiana, de políticas gerais e específicas com um corte de raça, classe, gênero e sexualidade, nas campanhas salariais e nas lutas cotidianas. Salário igual para trabalho igual, para negros e brancos, homens e mulheres;
- Contra o machismo e a violência às mulheres! Punição aos agressores! Construção de casas abrigo! Basta de feminicídio! Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Por mais investimento na rede de assistência as vítimas de violência machista! Delegacias de mulheres que funcionem 24 horas, 07 dias por semana em locais de fácil acesso em todos os bairros ou regiões e com equipes preparadas para o atendimento!
- Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças! Pelo fim do trabalho infantil!
- Punição ao estupro e não à vítima! Não ao Estatuto do Nascituro e qualquer projeto reacionário que criminalize a vítima de violência sexual! Não a cultura do estupro!
- Educação sexual e contraceptivos para prevenir! Aborto legal, seguro e gratuito para não morrer!
- Garantia de atenção integral à gestante no parto e pré-natal. Por licença-maternidade de 6 meses sem isenção fiscal, para todas as mães trabalhado-

ras, inclusive para as adotantes! Pelo reconhecimento do atestado de acompanhamento dos filhos como abono de dias ao trabalho;

- Autonomia sobre o próprio corpo, contra a exigência de autorização do marido para realização de “ligadura”;
- Mais investimentos no SUS! Escolas públicas de qualidade! Contra o projeto escola sem partido. Educação sexual nas escolas. Restaurantes públicos e lavanderias públicas! Creches em tempo integral, gratuitas e de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora!
- Criminalização da LGBTfobia! Campanhas que combatam o preconceito e a discriminação! Profissionais capacitados para atender vítimas de LGBTfobia!
- Contra a exclusão, a discriminação no mercado de trabalho e o desemprego impostos pela LGBTfobia!
- Cotas para pessoas transexuais, transgêneros e travestis nas universidades e nos concursos públicos! Por uma educação pública que respeite a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual e garanta o livre e seguro desenvolvimento e exercício da sexualidade.
- Respeito à identidade de gênero na saúde, nas instituições de ensino e todos os espaços sociais! Direito ao nome social, de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia;
- Realização da campanha pela União Civil com plenitude de direitos;
- Políticas de saúde da mulher lésbica e de pessoas transexuais; Pela despatologização da transexualidade! Pelo acesso amplo à saúde das pessoas transexuais, incluindo o direito à cirurgia de redesignação sexual e tratamentos hormonais pelo SUS! Lutar pelo acesso público, gratuito e sem discriminação à saúde das pessoas LGBTQI+, respeitando e atendendo às especificidades e necessidades ligadas ao sexo, à identidade de gênero e à orientação sexual;
- Fim da mercantilização dos espaços de luta das pessoas LGBTQI+, como as Paradas que são patrocinadas pelos governos e pelo mercado pink, restringindo a participação do movimento e esvaziando-os de conteúdo político;
- Políticas públicas de combate à violência. Repúdio a Damares que destinou 0% de orçamento

para o combate à violência LGBTQI+.

- Chega de racismo! Não ao genocídio do povo negro.
- Desmilitarização da Polícia Militar, fim da Força Nacional de Segurança, fim das intervenções militares nas comunidades pobres; direito dos trabalhadores e dos bairros pobres à autodefesa e ao armamento; Não ao encarceramento do povo negro;
- Reparação, já! Cotas para a população negra nas universidades e concursos públicos. Demarcação das terras quilombolas;
- Laicização de fato do Estado Brasileiro; Pelo fim da intolerância religiosa afro brasileira. Pela valorização da cultura negra e popular das periferias e do campo/quilombolas e da cidade/juventude negra;
- Contrar todas as formas de xenofobia!
- Contra o marco temporal! Em defesa das terras indígenas! Retirada definitiva da pauta de votação da CCJC e arquivamento do PL (Projeto de Lei) 490/2007, que ameaça anular as demarcações de terras indígenas;
- Arquivamento do PL 2633/2020, conhecido como o PL da Grilagem, que visa anistiar grileiros e legalizar o roubo de terras, agravando ainda mais as violências contra os povos indígenas;
- Arquivamento do PL 984/2019, que pretende cortar o Parque Nacional do Iguaçu e outras Unidades de Conservação com estradas;
- Arquivamento do PDL 177/2021 que autoriza o Presidente da República a abandonar a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), único tratado internacional ratificado pelo Brasil que aborda de forma específica e abrangente os direitos de povos indígenas;
- Arquivamento do PL 191/2020, que autoriza a exploração das terras indígenas por grandes projetos de infraestrutura e mineração industrial;
- Arquivamento do PL 3729/2004, que destrói o licenciamento ambiental e traz grandes retrocessos para a proteção do meio ambiente e para a garantia de direitos das populações atingidas pela degradação ambiental de projetos de infraestrutura, como hidrelétricas.
- Contra todas as formas de opressão até mesmo as menos debatidas no movimento sindical, como o preconceito contra idosos, contra pessoas com deficiências e contra a gordofobia.

Moções

Moção de Repúdio

Considerando:

- 1) que tem havido auditorias e procedimentos que contrariam pareceres técnicos e jurídicos de processos de regularização de territórios quilombolas no Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- 2) que há registro de interferências políticas – telefonemas e outras formas de intimidação visando paralisar o andamento desses processos e a consequente demarcação de territórios quilombolas;
- 3) que o processo envolvendo o Quilombo Morro Alto, localizado nos municípios de Osório e Maquiné/RS, é um exemplo concreto dessa situação – uma auditoria, aberta em 2019, atendeu pedido do deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – organização que dá nome à chamada bancada ruralista;

O 26º Congresso aprova moção de repúdio contra a tentativa de desqualificar e anular os trabalhos técnicos feitos pelo Incra e pela Fundação Cultural Palmares – antiga detentora da competência de regularização de terras quilombolas, em especial no caso do Quilombo Morro Alto.

Esse grave ataque desrespeita o corpo técnico do Incra e as comunidades quilombolas, dificultando ainda mais a missão constitucional de reparação e regularização fundiária dos territórios remanescentes de quilombos.

Moção de repúdio à violência racista e a criminalização da pobreza no Metrô de São Paulo

Nós, delegadas e delegados do 26º Congresso do Sindsef-SP, repudiamos veementemente a violência racista e a criminalização da pobreza.

No dia 20 de outubro, dois agentes de segurança do Metrô foram filmados em uma atuação aplicando uma mata-leão em um homem negro, na frente de seu filho pequeno, após receberem uma cusparada, na estação Anhangabaú.

Os Agentes de Segurança (AS) do metrô reagiram de forma desproporcional e truculenta após terem sido questionados pelo vendedor ambulante sobre sua atuação. Tal violência não é um caso isolado, mas, sim, fruto do racismo, que coloca os negros e negras como principais alvos desse tipo de golpe.

O mata-leão foi proibido desde julho do ano passado pelo risco que traz à vida. A proibição ocorreu após circular nas redes sociais as imagens de um jovem negro sendo sufocado em João Ramalho, São Paulo, dois meses após o assassinato de George Floyd, nos EUA.

A violência ocorre num contexto em que cresce a fome, a pobreza, o desemprego, subemprego e a informalidade. A forma como o governo Dória e o Metrô encaram o aumento do número de ambulantes e pedintes nas estações é intensificando a política racista e de criminalização da pobreza. Juntos, governo e empresa, usam a crise social para jogar os trabalhadores uns contra os outros quando colocam os seguranças para isolar e expulsar as pessoas em vulnerabilidade.

O trabalho de segurança do Metrô não deve ter como centralidade realizar estratégias de combate aos ambulantes e pedintes. É preciso abolir o treinamento da técnica mata-leão e colocar em prática sua proibição. É necessário avançar na discussão sobre legalizar e organizar o comércio ambulante dentro dos trens, isto pressupõe uma política de emprego para esses trabalhadores informais.

Moção de repúdio contra a PM racista que arrasta um homem negro algemado a moto da corporação

Nós, delegadas e delegados do 26º Congresso do Sindsef-SP, repudiamos veementemente a ação de tortura da Polícia Militar racista do estado de São Paulo exposta, desta vez, pelo ato de algemar um homem negro ao baú de uma moto da corporação e na sequência o arrastar até a delegacia onde seria realizada sua prisão.

Imagens que circulam na internet, mostram a humilhação imposta pelo PM, que conduz a moto enquanto obriga o homem detido a correr para acompanhar. Para nós, um flagrante estarrecido com recortes racistas.

Repudiamos também o parecer da juíza Julia Martinez Alonso de Almeida Alvim, do Departamento de Inquéritos Policiais do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), da comarca de Barra Funda, que disse não ver ilegalidade nessa abordagem.

Não é admissível, que uma iniciativa desta magnitude e com tanto simbolismo seja tratada com normalidade e considerado aceitável em quaisquer circunstâncias.

São Paulo, 04 de dezembro de 2021
26º Congresso do Sindsef-SP